

SESSÕES DO PLENÁRIO

70ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de outubro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA OLÍVIA SANTANA (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Bom dia a todas e todos!

Em nome da Constituição federal, declaro aberta a sessão especial em homenagem aos 10 anos da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Convido, neste ato, para compor a Mesa: a ouvidora-geral da Defensoria Pública, Sirlene Assis; o defensor público-geral da Defensoria Pública, o Dr. Rafson Saraiva Ximenes; a Sr.^a Deputada Fátima Nunes; a Sr.^a Presidenta da Associação dos Defensores Público da Bahia, Elaina Rosas; a Sr.^a Psicóloga da 3ª Defensoria Pública Regional Ilhéus, representando os servidores públicos da DPE-Ba, Marisa Batista da Silva; a Sr.^a Ouvidora-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Major Maracy, que neste ato representa o comandante-geral, coronel Telles; o Sr. Coordenador das Ouvidorias Setoriais da Polícia Militar, capitão Barroso Neto, que neste ato representa o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Anselmo Brandão; o Sr. Ouvidor-Geral da OAB/BA, Edson Nuno Filho; o Sr. Ouvidor Titular da Bahiagás, Rodrigo Carneiro, que neste ato representa o presidente, Luiz Gavazza. (Palmas)

Convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)(Palmas)

Convido a Sr.^a Procuradora de Justiça e Ouvidora, Dr.^a Cleusa Boyda de Andrade, que, neste ato, representa a procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia, Ediene Santos Lousado. (Palmas)

Vamos agora assistir ao vídeo institucional sobre os 10 anos da nossa Ouvidoria, sobre a importância da Defensoria Pública.

Quero destacar que esta sessão especial é uma sessão convocada pelo nosso deputado Fabrício Falcão, que não pôde estar presente aqui hoje, dado um compromisso de última hora no interior. Mas a Assembleia está aqui representada, porque é uma sessão institucional. Então, estamos aqui, eu e a deputada Fátima, conduzindo, portanto, esta sessão em homenagem a um órgão que é muito importante, de interlocução com a população, que é a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Então eu quero agora solicitar a todas e todos que assistam com atenção ao vídeo dos 10 anos da Ouvidoria, e depois nós partiremos para os pronunciamentos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Passo agora aqui a presidência para a deputada Fátima, para que eu possa fazer o meu pronunciamento na tribuna.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Com a palavra, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Quero saudar a todas e todos que comparecem a esta sessão especial em homenagem aos 10 anos da Ouvidoria da Defensoria Pública, saudando a Mesa em nome do nosso defensor-geral Rafson Ximenes; da nossa deputada estadual Fátima Nunes; da nossa Sirlene Assis, atual ouvidora da Defensoria Pública; da Sr.^a Procuradora de Justiça e Ouvidora, Cleusa Boyda de Andrade; da Sr.^a Presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Elaina Rosas; da Sr.^a Psicóloga da 3ª Defensoria Pública, que neste ato representa os servidores públicos, que estão também num momento especial. Na segunda-feira celebraremos o Dia do Servidor Público. Nada mais justo do que também homenagear a equipe de servidoras e servidores públicos que apoiam o trabalho da Defensoria, que fazem a Defensoria existir enquanto instituição pública do estado a serviço dos interesses e dos direitos da população.

Quero, também, saudar a senhora ouvidora-geral do Corpo de Bombeiros, Major Maracy, que aqui representa o comandante-geral; o Sr. Coordenador das Ouvidorias Setoriais da Polícia Militar, capitão Barroso Neto, representando aqui o coronel Anselmo Brandão, que é o comandante-geral da Polícia Militar; o Sr. Ouvidor-Geral da OAB/BA, Edson Nuno Filho; o Sr. Ouvidor Titular da Bahiagás, Rodrigo Carneiro, representando aqui o presidente, Sr. Luiz Gavazza.

Saudar a tribuna e este Plenário. Quero destacar que o deputado Fabrício Falcão, que gostaria de estar aqui, manda um grande abraço a todas e todos. Foi, também, com a certeza de que esta sessão estaria em boas mãos que nos designou para presidi-la.

Mas aqui quero destacar o meu empenho, o meu acompanhamento do trabalho da Ouvidoria, da Defensoria, desde 2009, quando ela foi criada, ainda com a primeira ouvidora, a nossa Anhamona, que está aqui, na gestão da senhora Tereza Cristina. E falar da importância, não só do crescimento, do desenvolvimento, Dr. Rafson, desse órgão, mas do trabalho que ele presta à população baiana.

A Defensoria Pública é uma instituição garantida no art. 5º da Constituição federal. Ela cumpre o papel de prestar um serviço de acompanhamento jurídico, de defesa dos direitos das pessoas mais pobres, as pessoas que não têm acesso pleno à Justiça. Porque não basta uma Constituição que declare que todos são iguais perante à lei, que todos são entes de direito. É preciso garantir os mecanismos que deem efetividade a essa declaração constitucional.

Portanto, a Defensoria é um órgão extremamente importante na estrutura do governo do estado da Bahia, com esse papel de chegar mais perto das pessoas que mais precisam.

A Defensoria não tem uma definição estrita para um tipo de público. Ela é um órgão para todas e todos. Entretanto, sabemos que quem mais recorre à Defensoria são

aquelas pessoas que não dispõem de poder econômico e nem de poder político para acessar de maneira plena aquilo que lhe é de direito.

Portanto, eu quero aqui fazer essa saudação às pessoas que vieram antes, às pessoas que estão agora. Da mesma maneira que eu saudei o trabalho belíssimo realizado pela primeira ouvidora, Anhamona, eu quero estender o meu reconhecimento ao trabalho de Tânia Palma, essa liderança do movimento social do Nordeste de Amaralina, (palmas) essa assistente social que é tão batalhadora, tão comprometida...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) com os direitos da população, daquelas pessoas que mais precisam, da população negra, da população indígena, dos comunitários, das pessoas que lutam por direitos nesta cidade, neste estado e neste país.

Estendo, também, o meu reconhecimento ao trabalho realizado por Vilma Reis, igualmente militante do movimento social... (palmas) Vilma Reis, que é uma figura política importantíssima na cena baiana. Essa jovem Ângela Guimarães, que acaba de chegar, que brota...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) do movimento estudantil, que se envereda pelo movimento negro, pelo movimento feminista, que tem uma fome, uma sede enorme pela garantia de direitos e que fez com tanta maestria, com tanta grandeza o exercício da função de ouvidora e que depois passa à nossa Sirlene Assis, atual ouvidora, fazendo aqui também o seu trabalho. (Palmas)

Finalizo, portanto, a minha fala dizendo da importância de todas essas mulheres negras que chegam nesse órgão e que fazem, sim, um pacto na luta antirracista, na luta feminista, na luta por direitos iguais, a serviço de um desenvolvimento maior e melhor da sociedade baiana.

Eu tenho a convicção e as provas da importância da Ouvidoria para a Defensoria Pública, principalmente neste momento que acontece esse grande desastre ambiental que afeta, que impacta a atividade dos pescadores, das pescadoras, das marisqueiras, o que significa que essas pessoas terão impactadas a sua fonte de renda, a sua fonte de sobrevivência, deputada Fátima Nunes. E, portanto, a Defensoria será ainda mais um canal de força, de importância para receber, para acolher, recepcionar as denúncias, a busca, Tonho Matéria, de direitos.

E nós, aqui, ontem, inclusive, fizemos uma audiência pública. Anteontem, nós tivemos uma reunião com o presidente, porque nós temos que fazer uma força tarefa institucional em defesa dos nossos mares, das nossas praias da Bahia. A região Nordeste está sofrendo essa tragédia que é o maior desastre ambiental dos últimos tempos, talvez jamais visto nessa dimensão. E, portanto, muitas reclamações virão, muita busca de reconhecimento de direito.

Nós não podemos deixar essa população de trabalhadores e de trabalhadoras desassistida. Nós temos que garantir, enfrentar esse governo federal que debocha da Região Nordeste, que não colocou as forças necessárias para reduzir o impacto desse acidente, que vai para a televisão fazer chicana com os movimentos sociais. E eu quero

destacar que o Corpo de Bombeiros tem feito um trabalho brilhante ao lado dos voluntários, das voluntárias para limpar o óleo que contamina nossas praias.

Mas, não é papel apenas do governo do estado e da cidadania, das pessoas. É, principalmente, tarefa, função obrigatória do governo federal de garantir as condições, os instrumentos, os recursos financeiros necessários para a higienização total e completa. Recuperação dos nossos mares, a serviço da vida, da vida marinha e da vida das pessoas.

Muitos falam do turismo. Nós não podemos ter preocupação apenas com o impacto no turismo, que é também um grande impacto, principalmente no que diz respeito ao trabalho. Mas nós temos que colocar esse olhar. Peço à Defensoria Pública – à Defensoria Pública – que olhe para os mais pobres, para os pequenos, para as marisqueiras, os pescadores, essas pessoas que muitas vezes não têm suas vozes ouvidas, que neste momento seja uma instituição estratégica, mais uma vez, na garantia de direito.

A melhor forma de celebrar os 10 anos da Ouvidoria é promovendo direito de quem mais precisa da Defensoria. Forte abraço. Viva os 10 anos. E que venham mais 10, e mais 10, e mais 10. E que a gente consiga um dia chegar nessa sociedade sonhada pela ouvidora Sirlene, que é uma sociedade igualitária, justa e digna para todas e todos.

Forte abraço, muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

(A Sr.^a Deputada Olívia Santana reassume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Com muita honra, destacamos aqui a presença do colégio estadual do município de Campo Formoso, da nossa Bahia. Sejam bem-vindas, bem-vindos! Muito obrigada pela presença, pela honra de recebê-los e recebê-las na nossa Casa.

Eu passo imediatamente a palavra à nossa querida deputada Fátima Nunes para o seu pronunciamento.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Quero saudar a nossa proponente da sessão, deputada Olívia Santana, e junto com essa saudação dar também a todos e todas um grande bom dia!

Participantes da sessão: Bom dia!

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Também o bom dia do nosso deputado proponente Fabrício Falcão, que mandou uma mensagem para que eu pudesse ler aqui: (Lê) “Bom dia a todos e a todas. Infelizmente, não pude estar presente nesta manhã por estar cumprindo agenda no interior do estado. Mas não poderia deixar de enviar a minha mensagem de congratulação por essa data especial.

Para mim é uma honra, ao lado da deputada Olívia Santana, ser autor desta sessão especial em homenagem aos 10 anos da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública da Bahia.

Sou amigo da Defensoria e tenho defendido o seu fortalecimento, pois o acesso ao direito e à Justiça é condição fundamental para a plena democracia. A Ouvidoria

Cidadã cumpre uma importante e imprescindível tarefa: trabalha pela democracia participativa.

Nesses 10 anos de trajetória, tem contribuído para a garantia dos direitos da população que busca os serviços da Defensoria Pública. Por isso, os nossos parabéns e, sobretudo, o nosso compromisso de continuar lutando por uma Ouvidoria Cidadã cada vez mais forte, representativa e longeva.”

Mensagem do deputado Fabrício Falcão.

Quero saudar, também, o Sr. Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Dr. Rafson Saraiva Ximenes; a Sr.^a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública da Bahia, Sirlene Assis; a Sr.^a Procuradora de Justiça e ouvidora, Cleusa Boyda de Andrade, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia, Ediene Santos Lousado; a Sr.^a Presidenta da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Elaina Rosas; a Sr.^a Psicóloga da 3ª Defensoria Pública Regional Ilhéus, representando aqui os servidores da DPE/BA, Marisa Batista da Silva; a Sr.^a Ouvidora do Corpo de Bombeiros Militar, major Maracy, que neste ato representa o comandante-geral, coronel Telles; o Sr. Coordenador das Ouvidorias Setoriais da PM, capitão Barroso Neto, que neste ato representa o comandante-geral da Polícia Militar, Anselmo Brandão; o Sr. Ouvidor-geral da OAB/BA, Dr. Edson Nuno Filho; o Sr. Ouvidor titular da Bahiagás, Rodrigo Carneiro, representando o presidente, Dr. Luiz Gavazza.

Saudados todos e todas que compõem a Mesa e todos os presentes que compõem o Plenário e as Galerias, eu quero também, neste momento, felicitar o trabalho e dizer que aqui na Casa tanto o meu mandato, a minha voz, quanto dos demais pares têm sido sempre de apoio, de aplausos e de parceria com a Ouvidoria, porque compreendemos que nessa sociedade tão marcada pela injustiça, pela desigualdade e agora, mais recentemente, pela retirada dos direitos, nada é mais importante do que ter um profissional do direito que, de forma imparcial, ouve a população e busca nas instâncias superiores dos Tribunais de Justiça da nossa Bahia e do Brasil que, de fato, possa haver justiça.

Acredito que cada coração...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de homem e de mulher nesse país, neste dia, tem um sentimento de indignação, porque muitas vezes os nossos estudiosos do Direito, das ouvidorias, da Defensoria, têm ido tantas vezes aos tribunais em busca, apenas, daquilo que é mais sagrado: o direito de viver, o direito de comer, o direito de ter o remédio, o direito de ter a saúde, o direito à educação e à moradia que, muitas vezes, por algumas questões, lhes são tirados. E muitos tribunais de altos escalões, de onde a gente mais espera, das últimas instâncias, têm sido indiferentes ou, talvez, eu não tenha nem adjetivos para dizer das injustiças que a gente tem sentido na pele dessas instâncias superiores, chamadas de tribunais de Justiça. Então, cada vez mais, precisamos de homens e mulheres que buscam junto com a população esse direito de viver: viver com dignidade, viver bem e ser feliz.

Um país que prende sem prova, um país que condena sem nenhum crime praticado é um país que precisa que todos e todas nós não soltemos a mão de ninguém

para continuarmos na luta por justiça e por democracia. E, naturalmente, é com essa força desse coletivo presente neste Plenário e na Mesa que sustentaremos, com certeza, essa caminhada pelo bem do nosso país. Que o bem prevaleça, que a verdade prevaleça, que a justiça prevaleça. E, por isso, seguiremos em luta até que sejamos todas livres.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, deputada Fátima.

Quero registrar a presença da Sr.^a Livia da Silva Borges, que está aqui representando a Coordenação Executiva de Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres – obrigada, Livia, por sua presença –, representando a secretária Julieta Palmeira; o Sr. Francisco Neto, que é ouvidor da Secretaria de Educação, que, neste ato, representa o secretário Jerônimo – muito obrigada, Francisco; a Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira, ex-defensora-geral e atual defensora da Defensoria Pública, conselheira do Conselho Superior da Defensoria Pública; Isabel Cristina Almeida, corregedora-adjunta da nossa Defensoria; Ângela Guimarães, presidenta nacional da Unegro. No decorrer da sessão, continuarei com as representações.

Quero, aqui, destacar o ofício da vereadora Aladilce Souza, ouvidora-geral da Câmara Municipal de Salvador, que parabeniza a Ouvidoria pelos seus 10 anos de resistência e enfrentamento das desigualdades e de defesa dos direitos da população em nosso estado. Ela justifica, ela saúda a ouvidora Sirlene Assis pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo à frente dessa gestão e toda a equipe que participa da consolidação da Ouvidoria. Coloca à disposição o seu mandato e a parceria com a Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador. E, também, justifica que, hoje, ela está presidindo, na Câmara, a sessão especial em comemoração aos 10 anos da Fundação Estatal de Saúde da Família, e somente por isso não está aqui. Mas reitera a saudação a todos os participantes da sessão e deseja um encontro produtivo, que renove as nossas esperanças e as nossas lutas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Convido para fazer uso da palavra a nossa atual ouvidora, Sirlene Assis. (Palmas)

A Sr.^a SIRLENE ASSIS: Bom dia! Hoje é um dia de festa e celebração de 10 anos da nossa Ouvidoria Cidadã. Então, é dia de muita alegria e de energia.

Quero, assim, saudar a Mesa e agradecer à deputada Olívia Santana e ao deputado Fabrício Falcão por esta homenagem, também à nossa deputada Fátima Nunes. Quero saudar toda a Mesa na pessoa do nosso defensor público-geral, Dr. Rafson Ximenes. Saudando cada ouvidor, cada companheiro de luta nas suas unidades. Saudando a Adep, Elaina, a Bahiagás, saudando o plenário, os servidores da Defensoria Pública, as nossas três ouvidoras, a Escola Mourão Sá, a Escola Barros Barreto, os movimentos sociais, a Sudesb, a equipe da Ouvidoria, a minha equipe. Saudando meu pai, o Grupo Operativo da Ouvidoria, os funcionários desta Casa. Agradeço a Deus, a Olorum, à nossa ancestralidade, pelo dia de hoje. Que nosso pai Oxalá cubra todos nós com o alar da paz, da unidade e da igualdade.

Quero iniciar meus agradecimentos ao Grupo Operativo. Tanto o Grupo Operativo quanto os assistidos aqui presentes são a pérola da nossa instituição. O Grupo Operativo é formado pelos representantes dos movimentos sociais que se colocam voluntariamente para fazer essa luta, Dr.^a Tereza, saudando a senhora que, na época, foi a defensora-geral que implantou a Ouvidoria Externa. Ao Grupo Operativo, o meu muito obrigado, palmas para o Grupo Operativo. (Palmas) Saudando o Grupo Operativo, quero também saudar o primeiro Grupo Operativo. Levante a companheira Cassilene, palmas para Cassilene. (Palmas) A Defensoria Pública está em Amargosa porque esta mulher fomentou, apresentou o debate e em todas as atividades da Defensoria colocava a faixa: “Vem para Amargosa, Defensoria, porque nosso povo precisa”. Isso é o Grupo Operativo.

Mona, Vilma, Tânia, as três ex-ouvidoras, cada uma no seu tempo teve um papel importantíssimo para chegarmos aos 10 anos da Ouvidoria.

Essa Ouvidoria foi construída por várias mãos, por pessoas que acreditaram. Quero aqui agradecer ao Dr. Rafson Ximenes, um amigo da Ouvidoria que sempre compreendeu, antes de ser defensor-geral, o que é essa estrutura. Hoje, na nossa gestão, ele não só se faz presente em todas as nossas pautas, como também organiza a gestão para nos acompanhar. Isso é Defensoria Pública! D. Tereza, na sua época, organizou uma equipe e já estabeleceu um orçamento para a Ouvidoria.

Ouvidoria, minha corregedora-adjunta, Bel, é construída por sonhos!

Ao fazer esses agradecimentos iniciais, quero agradecer a todas as organizações que construíram esses 10 anos. À Mangangá simbolizando todas essas organizações. Tonho Matéria, por favor, levante aí, meu irmão. Uma salva de palmas. (Palmas) Nós temos um apoio, hoje, da Bahiagás, via Mangangá, que construiu cada momento, gente.

Vejo aqui os servidores da Defensoria Pública, isso fortalece a nossa caminhada. Agradeço à equipe. Oh, Sirlene, sem essa equipe, sem os movimentos sociais, sem esse conjunto de atores e atrizes, nós não chegaríamos até aqui. Essa equipe acreditou, apostou; tivemos uma agenda extensiva em outubro, com muitas atividades tanto na capital quanto no interior.

Também agradeço à Sudesb, Marcinha, pela acolhida desde o início.

Devo dizer que os sonhos se constroem juntos. O Brasil é construído a partir de vários pilares e desigualdades sociais; tem os resquícios da supremacia racial, das teorias sobre uma raça ser superior a outra, a supremacia racial. Passamos pelo mito da democracia racial, mas quebramos esse mito. O racismo é estruturante, e boa parte dos nossos assistidos são atingidos por esse Estado racista, que mata a nossa juventude negra, que mata as nossas mulheres negras.

Esse Estado é baseado na supremacia do patriarcado, e assim as mulheres, independentemente de classe e de raça, sofrem com o machismo. Os homens se sentem donos das mulheres; não se sentem parceiros. Desse modo, a Defensoria e a Ouvidoria lidam com essa temática.

Falar sobre o acesso à Justiça parece algo tão distante da população, pois esse Estado racista, machista, homofóbico negou e continua negando... destaquemos que 67% das pessoas que estão em privação provisória de liberdade, aqui na Bahia, são

negras. O nosso relatório de audiências de custódia mostra que a maioria é da juventude negra. E percebemos que os de pele mais clara que chegam a essas audiências de custódia têm uma probabilidade muito maior de ser liberados do que a juventude negra. Isso é racismo estruturante.

A Ouvidoria travou batalhas na época de Mona, na época de Tânia, na época de Vilma Reis. E hoje está nas nossas mãos o bastão para continuarmos essa luta pelo acesso à Justiça para todos, sem distinção de raça, classe ou religião. Hoje, a intolerância religiosa, o ódio religioso, baseado no racismo religioso, está ceifando vidas. É por isso que a Ouvidoria existe. Somos a segunda do Brasil. A primeira é em São Paulo; a segunda é na Bahia. Por que em outubro? Em outubro é a Lei Nacional que instituiu para todas as Ouvidorias. A Bahia nasce, e São Paulo sem uma Lei Nacional, por uma decisão política dos defensores, dos defensores públicos-gerais.

Mesmo com a Lei Nacional, temos apenas 14 Ouvidorias Externas, e falar de Ouvidoria Externa é falar de participação social, é falar de democracia, é falar de acesso a justiça para todos, porque no momento em que a Ouvidoria adentrou neste espaço como Externa, a Defensoria Pública nunca mais foi a mesma.

A Defensoria Pública ressignificou a sua ação, o seu papel na sociedade, e se aproximou das diversas bandeiras de lutas. Isso só foi possível porque existia o movimento social organizado nesse espaço.

Porque muitos defensores e defensoras vieram da classe média, não sabem o que é pobreza, não sabem o que é carregar um balde de água na cabeça, não sabem o que é ter uma alimentação por dia, já vieram muitos com o seu privilégio. O privilégio da branquitude, o privilégio da sua classe social.

Eles passam a conhecer esse espaço, a viver essa realidade, e a Ouvidoria vem para criar essa ponte, para criar esses laços para que eles possam exercer a sua função com qualidade, com efetividade na sociedade.

E muitos defensores, independente da classe social, compreendem essa luta a cada dia.

E, no início da Ouvidoria, muitos foram contra. Hein, Dr.^a Teresa, quantos foram contra...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a essa Ouvidoria?

E muitos que foram contra, chegam até a mim e dizem: “Sirlene, eu fui contra hoje, mas hoje eu acho que a Ouvidoria, ela é essencial.” E reconhecem!

E é isso gente, a nossa Ouvidoria conseguiu um legado nessa década e temos mais legados para serem efetivados na nossa sociedade. Porque, enquanto houver desigualdade, opressão de gênero e raça, onde houver opressão, haverá necessidade da Defensoria Pública e uma Ouvidoria qualificada, que entenda a sociedade, que faça parte da sociedade, que venha gestar com o povo e para o povo, compreendendo o seu papel político e societário.

Quero finalizar a minha intervenção agradecendo e nos comprometendo ainda mais com essa estrutura.

Queremos mais a Adep próximo, queremos, estamos criando uma rede de Ouvidorias no estado da Bahia, tivemos um encontro excelente essa semana, não só essa iniciativa, mas nós vamos ampliar o debate e espero, deputadas, Olívia Santana e Fátima Nunes, que nós possamos aumentar o orçamento da Defensoria Pública, é o menor orçamento do sistema de justiça. (Palmas)

Eu espero que esta Casa nesses 10 anos, nesta década, possa aprovar uma legislação para que tenha concurso público na Defensoria Pública para os servidores. (Palmas) Nós temos concurso para os defensores, mas os servidores ainda são terceirizados, são Redas, são cargos e para poder tipificar ainda mais essa instituição, precisamos ter concurso público. Como tem o concurso público de defensores, 30% para negros e 2% para indígenas, que a gente também resplandeça isso para os servidores, porque o conhecimento tem que ficar para a instituição e muitas vezes não fica, porque muda o tempo todo.

É preciso aumentar o orçamento, é preciso fortalecer as nossas unidades, ter essas especializadas também na regional. A Defensoria Pública está num processo de fortalecimento...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de ampliação de seu papel político na sociedade, e eu acredito que esta Casa vai contribuir, eu acredito nos deputados que sentam aí, que foram eleitos pelo povo.

Por isso que nós estamos também agradecendo essa homenagem e trouxemos as escolas, esses meninos precisam saber que esta Casa define nossas vidas, define se vamos viver ou morrer, que orçamento público, a aprovação, perpassa a existência, o direito de viver. E os direitos humanos que estão sendo violados a cada dia, estamos num estado conservador onde há um desmonte dos direitos humanos, isso é nacionalmente e o Nordeste está sofrendo, como a deputada colocou.

O impacto ambiental, isso aí é usura do capital, um estado que não tem responsabilidade pelo sistema ambiental do nosso país, que não tem um sistema ou política que de fato proteja o nosso ambiente, e não dá.

Então, são os pescadores que vão sofrer, são as marisqueiras, e não é só o turismo não, gente, são as nossas vidas. E a ouvidoria estará de pé, com o povo e para o povo, para que juntos e juntas possamos construir uma sociedade de fato igualitária, que essa justiça não tenha só um olhar, mas que seja de todos os baianos e brasileiros, muito axé e muita luz, que Xangô promova justiça... (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O.k.! Obrigada!

A Sr.^a SIRLENE ASSIS: (...)deste nosso estado, que Xangô promova justiça, que esse sangue jorrado no chão pare de jorrar, porque o nosso povo tem o direito de viver e existir, a nossa juventude precisa envelhecer, a nossa juventude precisa envelhecer, e a cada dia este estado nos mata de várias formas, nos negam, e depois, deputada, tiram as nossas vidas. Axé! Obrigada! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, ouvidora Sirlene, por suas palavras.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero, aqui, destacar também as presenças: do vereador Makrisi Angeli, vereador de Ilhéus; de Zenilda Natividade, ouvidora adjunta da DPE; de Maria das Graças Ramos, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, mas do conselho fiscal do Rosário dos Pretos; a coordenadora de proteção aos direitos humanos da Secretaria de Justiça, Isaura Genoveva; Livia Ferreira, conselheira nacional de direitos humanos do Grupo Operativo da Ouvidoria e da Una LGBT; de Kécia Sousa Rios Lima, ouvidora titular da Bahiater. (Palmas) Sejam todas e todos bem-vindos.

Passo a palavra para um breve pronunciamento porque nós vamos já iniciar as nossas homenagens, aqui, às pessoas que foram destacadas pelo colegiado da Ouvidoria para serem lembradas, homenageadas com uma placa neste ato de hoje. Então, eu concedo a palavra à nossa psicóloga da 3ª Defensoria Pública da Regional Ilhéus, Marisa Batista da Silva, representando todos os servidores públicos da DPE, por 3 minutos. (Palmas)

A Sr.^a MARISA BATISTA DA SILVA: Bom dia, quero cumprimentar a Mesa na pessoa da nossa ouvidora, Sirlene Assis, agradecer a oportunidade de estar aqui, dizer que me sinto extremamente honrada com esse convite, porque tenho na Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública um exemplo do que é uma Ouvidoria Externa, da importância dessa representação em todas as instituições do sistema de justiça. É necessário ter Ouvidoria Externa no sistema de justiça. Não é possível ter um membro como ouvidor-geral, a gente precisa defender que essa Ouvidoria venha da participação social, dos movimentos sociais e traga voz às pessoas que precisam dos direitos defendidos.

Quero cumprimentar a plenária na pessoa das nossas ouvidoras, porque elas têm um legado extremamente importante, porque elas nos ensinam todos os dias, a partir do trabalho que realizam, qual é o nosso lugar enquanto servidor, qual é o nosso papel e qual é o nosso compromisso.

A ouvidoria da defensoria traz sempre para a discussão o nome do nosso índio, do nosso cacique Babau, da nossa cacique Valdelice, traz os nossos pajés, o nosso caboclo Marcelino, traz os nossos quilombos, traz a história das nossas Dandaras, das nossas Carolinas Maria de Jesus. A ouvidoria externa traz para a gente a necessidade de se discutir o genocídio do povo preto, o genocídio do povo indígena, traz para a gente a ideia de que a nossa resistência vem de uma ancestralidade. E traz para gente a ideia de que estar na defensoria não pode ser para manutenção de um lugar de privilégio. A Ouvidoria Cidadã diz para a gente que o que a gente faz é pouco, porque é pouco diante de tudo que a gente tem a fazer. A Ouvidoria Cidadã liga para a gente e diz: “E aí, o que mais? Que horas?” Não tem horário, não tem essa, porque fome, porque tapa, porque violência não esperam a burocracia do nosso turno, do nosso horário. (Palmas)

A Ouvidoria Cidadã, em Ilhéus, trouxe para a gente a constatação de que nós não temos acessibilidade para pessoa surda, que o surdo não pode entrar na defensoria a qualquer momento e receber um atendimento. Se a gente reconhecia algumas vulnerabilidades, a vulnerabilidade da pessoa surda a gente desconhecia. E eu não

posso dizer que a gente já tem acessibilidade, eu posso dizer que a ouvidoria, a partir do Grupo Operativo, trouxe para a gente a discussão e a necessidade de um comprometimento maior. A ouvidoria traz as nossas mulheres pretas para dentro da defensoria e promove a discussão do nosso fazer. Diz que aquela mulher que está na porta do presídio para visitar o seu filho ou o seu marido merece mais respeito, não pode passar por uma revista vexatória.

A ouvidoria é um instrumento extremamente importante para que a gente possa dizer que é uma defensoria pública. Para que a gente possa exercer o nosso trabalho, a gente precisa dessas mulheres, desses homens, dessa juventude dizendo o tempo todo que não é suficiente, andando com a gente e pedindo que o orçamento seja aprovado e seja aumentado, porque a gente precisa cuidar do nosso povo desprezado, abandonado pelo racismo, pelo sexismo, por toda hetero normatividade perversa que maltrata os nossos indígenas, que faz com que as nossas crianças indígenas tenham medo de dizer de onde elas vêm.

A gente precisa de uma ouvidoria cada vez mais forte, cada vez mais atuante, porque ela também diz que nós precisamos de servidores públicos concursados, porque ela também diz que os servidores da defensoria devem assumir um compromisso maior com o seu fazer cotidiano.

A ouvidoria, no meu caso, me lembra de onde eu venho, para quem eu trabalho, quem são as mulheres que estão atrás de mim. A ouvidoria, no meu caso, não deixa eu me perder na burocracia do sistema, na hierarquia elitista do direito. A ouvidora não me deixa perder de vista que a minha avó lavadeira se orgulha em ter na neta a primeira pessoa formada. A ouvidoria não me deixa perder de vista que o meu pai vendedor de cachorro-quente precisa daquela instituição fortalecida. A ouvidoria não me deixa perder de vista que estar na defensoria hoje, para mim, mulher negra, pobre, de uma família nordestina que precisou buscar sustento em São Paulo, já é um privilégio. Mas eu quero mais, porque eu mereço mais, e eu só mereço mais porque eu olho para os meus irmãos e eu sei que eu sou um deles. A ouvidoria não me deixa esquecer que eu, ainda que seja uma servidora da ouvidoria, seria uma assistida, sou uma assistida.

Estar na defensoria é uma extrema honra. É uma instituição que tem lado, que se posiciona... (palmas) e que sabe para quem trabalha... (palmas) Poder dizer em todos os cantos do Brasil que a Defensoria Pública do Estado da Bahia tem a ouvidoria mais atuante, tem a ouvidoria mais respeitada e admirada do país é uma honra enorme.

Eu estive em São Paulo, conversei com os colegas da Psicologia e do Serviço Social – agradeço à Defensoria Pública por ter me dado essa oportunidade – e vi o respeito de todo mundo pela nossa ouvidoria. Eu vi a admiração pelo trabalho que a Bahia realiza trazendo essas pessoas, trazendo a comunidade para dentro da Defensoria Pública, e não fazendo com que a gente seja uma instituição de defesa de 8h às 17h, de segunda à sexta. O nosso compromisso vai além disso. Nós precisamos de plantão no interior porque no interior também existe... (palmas) violência, festas, também existe massacre.

Então, para finalizar, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui, dizer que foi feito um movimento muito grande para que uma servidora do interior chegasse até este momento. Isso é reflexo...

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Concluindo.

A Sr.^a MARISA BATISTA DA SILVA: (...) da expansão dos serviços da defensoria para o exterior. Os meus colegas estão lá vibrando com essa minha presença aqui, porque a gente se sente contemplada de poder falar, parabenizar e honrar esses 10 anos da Ouvidoria Cidadã. A todas as pessoas que contribuíram para que essa ouvidoria acontecesse também, a gente agradece, porque a gente se sente contemplada, Dr.^a Tereza.

Grata. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, nós saudamos, agradecemos o seu pronunciamento apaixonado, forte, Sr.^a Marisa. Só quero fazer uma reparação, uma retificação, na verdade: você não está nessa posição por um privilégio, você está nessa posição por uma luta, por um direito. Aqueles que defendem privilégios, e não direitos, é que gostariam que fosse diferente, que você não estivesse lá. Mas temos que lutar neste país para fazer valer direitos e reduzir os privilégios de quem não tem direito, mas se apropria dos espaços do poder público, dos espaços de decisão como se fosse algo hereditário e para sempre.

Essa é uma discussão sofisticada, mas extremamente necessária. O Brasil precisa ser desprivatizado.

Nós vamos passar agora para as homenagens, portanto vamos iniciar com sete homenagens. Eu queria pedir a ajuda da deputada Fátima Nunes. Vamos fazer a seguinte combinação, porque nós não temos condição de dar voz a todas as pessoas, então nós vamos fazer o convite aqui no púlpito, as pessoas vão receber, vão fazer uma fotografia e depois vai dar o espaço para outra, até que cheguemos nas três ex-ouvidoras, que também serão homenageadas no dia de hoje e farão o uso da palavra em nome de todas e todos que estão sendo prestigiadas e prestigiados no dia de hoje. O.k.?

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Então nós vamos iniciar, deputada Fátima. Queria pedir o apoio da deputada Fátima para ir à tribuna porque nós vamos, neste momento, homenagear a senhora Cacirlene Andrade Correia, ex-membro do Grupo Operativo de Gestão da Defensoria Pública. Por favor, Sr.^a Cacirlene Andrade Correia. (Palmas) Muito obrigada por todo o seu trabalho e o seu serviço prestado à defensoria. (Palmas)

Um minutinho...

É bom fazer no púlpito para sair o registro, por favor.

A Sr.^a Cacirlene Andrade Correia: Eu quero saudar a todos na pessoa da representante da Mesa, a Sr.^a Olívia – às mulheres –, e aos homens eu saúdo na presença do Dr. Rafson Ximenes, um bom dia a todos vocês.

Essa lembrancinha, esse prêmio, eu não poderia deixar de dividir com todos os meus colegas, porque eles todos fizeram parte. Nós fomos cobaias no início dessa ouvidoria no nosso município (palmas), fomos cobaias para estar representando, porque nós não sabíamos nem o que significava um grupo operativo.

Então, essa homenagem aqui eu dedico a Nilson, a mim, Cacirlene, a Marcos, a Antônio, a José, a Fábio, a Edilson, a Simone, a João, a Solange, a Vilma Moura, a Pascoal, a Maria Reis, a Antônio Souza, Ruth Menezes, Cláudio, Djanira, Abdjamil, a nossa saudosa, *in memoriam*, Maria Nilza (palmas), a Celina, a Geórgia, a Iranildes, a Arlete, Maciel, Everaldo, Paulo, Tânia, que foi nossa companheira no Grupo Operativo, a Everaldo, a Maria, a Edilson, a Jorge, a Valdir, a Lenildes e a Rosilene Santana, que está aqui presente e foi do nosso grupo no início.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Isso, obrigada.

A Sr.^a Cacirlene Andrade Correia: Nós passamos pelos quatro defensores-gerais, que foram Dr.^a Tereza, Célia Padilha, a outra que eu não vou citar o nome, que foi uma das piores para nós, Dr. Clériston Cavalcante e Dr. Rafson Ximenes, o atual, e pelas ouvidoras, que foram Mona, Tânia Palma, Vilma Reis e agora a atual. Nós passamos por esses ouvidores e defensores, e não foi fácil para nós, eu travei uma briga muito grande, foram 7 anos de luta, fiquei 7 anos na Ouvidoria Cidadã, então eu não poderia ficar sem falar, eu tinha que dar o meu recado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O.k., obrigada.

A Sr.^a Cacirlene Andrade Correia: Hoje eu não poderia estar aqui porque eu não estou mais no Grupo Operativo, mas eu continuo exercendo o meu papel de cidadã contribuinte no meu município, Amargosa. Hoje eu estou com um caso sério lá... (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Parabéns!

A Sr.^a Cacirlene Andrade Correia: (...) um caso sério de uma menor que foi abusada e está comigo, eu não poderia estar aqui, mas eu estou aqui porque eu tinha a obrigação, o dever e a satisfação de estar aqui hoje para dizer que eu fiz parte dessa história, e que muita coisa ainda precisa ser mudada. Precisa ser mudada. Eu acho que o Grupo Operativo, ele precisa, um pouco, ser remunerado também...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) porque a luta é muito grande no nosso município. A Defensoria Pública, praticamente, não tinha a visibilidade que tem hoje. Graças ao Grupo Operativo, a Defensoria Pública e a Ouvidoria Cidadã hoje são bem mais visíveis e bem mais reconhecidas. Aumentou muito o que ainda é preciso aumentar.

Que Deus abençoe a nós todos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, Sr.^a Cacirlene pela homenagem...

A Sr.^a Cacirlene Andrade Correia: Ah! uma reclamação: eu não vi foto nossa, do grupo antigo, nessa... nos 10 anos, viu!?

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Resolvam isso aí, viu gente! (Risos)

Obrigada, Sr.^a Cacirlene, por todo o seu trabalho, seu empenho na construção e na consolidação dessa ouvidoria tão importante.

Sr.^a Indiara Lopes Santos Angelim, membro atual do Grupo Operativo, que neste momento recebe as nossas homenagens.

Eu peço às duas que, por favor, ocupem só o espaço ali mais próximo da bandeira, que é para a... a fotografia.

A Sr.^a Indiara Lopes Santos Angelim: Com licença. Não existe luta do movimento popular sem quebrar algumas regras e sem quebrar alguns protocolos. Essa homenagem, ela não é a mim, ela é para os que já passaram, para os que estão e para os que virão. Quero dizer que não existe, como Vilma Reis cita, justiça sem democracia, e digo ainda mais: em nossa luta como grupo operativo, nós sentimos a realidade: que não existe exercício da cidadania sem a luta pelos direitos humanos. Então, todos nós, companheiros do Grupo Operativo, lutamos para que essas redes sejam cada vez mais fortalecidas, porque nas bases é que sentimos na pele como o racismo estrutural, como todas as demandas sociais nos atingem, não apenas como usuários, mas também como representantes do movimento social.

Neste momento de luta da democracia, neste momento em que estamos com as nossas bases enfraquecidas por conta dos diversos ataques, nós somos, sim, as redesque vão fortalecer esse diálogo da democracia para todos e todas.

Muito obrigada. Viva o Grupo Operativo! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, Indiara. Muito obrigada.

Convido agora, com muita honra, a Sr.^a Maria Cândida Nogueira Lima, a servidora mais antiga da Ouvidoria. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

A Sr.^a Maria Cândida Nogueira Lima: Gostaria de dizer que estou muito honrada com essa lembrança e agradecer a Sirlene Assis, a nossa ouvidora, por essa bela homenagem. Quero dizer que esta plaquinha, esta lembrança pertence não só a mim, mas a todos os meus colegas da Defensoria, que lutamos por uma Ouvidoria muito mais forte a cada dia.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, Sr.^a Cândida.

Vamos agora fazer uma homenagem *in memoriam* à Sr.^a Maria Nilza Silva, ex-membro do Grupo Operativo, gestão 2013/2015, representada neste ato pelo seu filho, Sr. Fabiano Silva dos Santos. (Palmas, muitas palmas.)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

O Sr. Fabiano Silva dos Santos: Eu só queria agradecer por tudo que foi feito. Para os colegas mais antigos, já acompanho o Grupo Operativo de longas datas e para mim é um prazer representá-la e dar continuidade ao que ela começou.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Convido a Sr.^a Renilda de Oliveira, da Associação Papo de Mulher, representando os assistidos pela Ouvidoria. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

A Sr.^a Renilda de Oliveira: Bom dia. Gostaria de agradecer por esta homenagem e por toda a dedicação que a Ouvidoria sempre tem na escuta no grupo Papo de Mulheres que se reúne na DPE toda segunda-feira, que cuida das demandas das mulheres com transtornos psíquicos.

Gostaria – porque não posso falar muito, não é? –, sem mais delongas, de agradecer às ouvidoras com quem convivi: a socióloga e professora Vilma Reis; a socióloga Tânia Palma... Esqueci o nome das outras... A atual Sirlene Assis e o Grupo Operativo.

Agora, concluo dizendo que sem a Ouvidoria Cidadã, sem a Ouvidoria...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Externa não há democracia. E também o que foi feito é preciso para melhor prosseguir.

Muito obrigada a todas e todos. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, senhora.

E eu quero convidar, neste momento, a Sr.^a Neide da Purificação dos Santos, representando os servidores da DPE-Bahia. (Palmas) Nordeste é um país, não é? (Risos)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): No final, foi Neide que quebrou o protocolo e não falou, (risos) porque todas as outras instituíram um novo protocolo. Mas agradecemos a Neide da Purificação por todo o seu trabalho realizado na Defensoria. É um reconhecimento público, do coletivo que está contigo e que optou por esta homenagem.

Convido agora a Sr.^a Maura Cristina da Silva, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia, representante da sociedade civil que, neste ato, está representada pela Sr.^a Sandra Coelho. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, deputada Fátima.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Encerrando essa etapa das homenagens, concedemos a palavra, por 3 minutos, à presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, Elaina Rosas. (Palmas)

As homenagens ainda não estão encerradas, o.k.?

A Sr.^a ELAINA ROSAS: Bom dia a todos e todas. Gostaria de saudar a Mesa, a presidente desta sessão, deputada Olívia Santana, a deputada Fátima, nosso defensor público-geral, nossa ouvidora, a servidora da Defensoria, a presença do Ministério Público, policiais, ouvidor da OAB, toda a plateia presente, é um imenso prazer para a Associação dos Defensores Públicos estar presente nesta manhã. Vou ser bem breve.

(Lê) “Dimensionar a nossa atuação política no tempo é algo bastante singular. Para quem está na lida cotidiana com as questões, embates, diálogos e demais construções coletivas, parece que o tempo demora a passar. Parece que foi ontem! Quando a gente sai um pouco de cena e, numa postura de observador desapegado do

contexto, começa a distinguir que o ontem está um pouco distante, tendo sido muitos os passos por nós trilhados ao longo da caminhada.

A caminhada individual e coletiva das três ex-ouvidoras-gerais e da atual ouvidora-geral – dentro e fora da Defensoria Pública da Bahia – possui alcance maior que a do órgão auxiliar que elas capitanearam...” – e que capitaneiam – “(...) Certamente, suas visões de mundo e suas atuações na esfera político-administrativa, já que não podemos esquecer que as atribuições da Ouvidoria Cidadã – também dentro e fora da Defensoria – contribuíram significativamente com o aprimoramento da participação popular na nossa instituição.

Mesmo com o passar de dez anos, a experiência de um órgão auxiliar de caráter externo, no âmbito de uma instituição do Sistema de Justiça, ainda se mostra como uma novidade. Afinal, nossas instituições são bastante encasteladas, de entendimento difícil pelo público destinatário – sobretudo os mais vulneráveis entre os vulneráveis – e, por que não dizer, ainda bastante vinculada a uma perspectiva formal, procedimentalista do Direito, que nem sempre consegue dar conta das demandas sociais mais valiosas.

O exercício de aperfeiçoar o Sistema de Justiça a partir do olhar e da fala da sociedade civil e, principalmente, dos milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade social, é uma tarefa que hoje, mais do que nunca, precisamos enfrentar de maneira estratégica. Cada vez mais, as pessoas desacreditam na possibilidade de uma Justiça justa, o que tem se avolumado frente aos sucessivos...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

“(...) escândalos que envolvem setores nesta seara, os quais precisam, sem sombra de dúvidas, passar pelas devidas reprimendas. Recuperar o verdadeiro sentido e alcance da Justiça passa por garantirmos um espaço à criticidade, na certeza de que as estruturas do Estado precisam se abrir para as críticas construtivas da população em geral, servindo como fio condutor a uma terceira fase de reformas na Justiça.”

Essa experiência das ouvidorias externas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) das defensorias públicas tem muito a contribuir na nossa conjuntura política que tem demandado por muitas mudanças.

(Lê) “Deixo aqui, em nome da Associação de Defensores Públicos do Estado da Bahia, um forte abraço para Anhamona de Brito, Tânia Palma, Vilma Reis e Sirlene Assis, representantes sociais que atuaram...” – e atuam – “(...) junto à Defensoria na condição de ouvidoras-gerais da nossa Ouvidoria Cidadã. Ao tempo em que também deixo um braço fraterno a todas as lideranças da sociedade civil, representações político-institucionais, colegas defensoras e defensores públicos, além das servidoras e servidores da Defensoria baiana que aqui se fazem presentes.”

Muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Concedo a palavra à ouvidora Cleusa Boyda de Andrade, representando o Ministério Público e a procuradora-geral Ediene Lousado, para um breve pronunciamento.

Inclusive, nós vamos ter que liberar os estudantes daqui a pouco. Faço esse apelo às pessoas.

A Sr.^a CLEUSA BOYDA DE ANDRADE: Bom dia a todos, quero fazer a saudação à Mesa na pessoa da presidente, a deputada Olívia Santana, e parabenizar a Defensoria Pública por esse momento de aniversário de uma década, na pessoa da ouvidora Sirlene, que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente numa reunião nessa semana. Como eu já tinha dito naquele dia, me encantou a forma, o propósito e a vontade de fazer. E me encantou a maneira como esta Ouvidoria deseja e vê o cidadão, a população. Essa é a meta de toda ouvidoria.

Eu, ouvidora-geral do Ministério Público da Bahia, também compondo o Conselho Nacional de Ouvidores do nosso país, tenho certeza de que essa direção, essa visão e essa forma que a Defensoria achou de se aproximar cada dia mais do cidadão é a maneira correta de caminhar.

Meus aplausos à Defensoria, na pessoa da sua ouvidora. Parabéns. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero saudar e agradecer a fala da ouvidora.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero saudar o Colégio Almirante Ernesto de Mourão Sá, que veio prestigiar a nossa atividade, a nossa sessão especial dos 10 anos da Ouvidoria. Palmas para a juventude! (Palmas) Eu espero que vocês sejam as próximas advogadas, os próximos advogados, engenheiros, arquitetos, arquitetas. Que vocês tenham o seu plano de vida, que vocês conquistem os sonhos que vocês têm – que são sonhos grandiosos – e que nunca saiam da escola.

Eu, Sirlene, Vilma Reis, Tânia Palma, todas nós saímos da escola pública e todas nós somos formadas na universidade, especialmente a Universidade Federal da Bahia. As universidades públicas precisam ser garantidas e fortalecidas nesse momento.

Saúdo também a presença do Centro Comunitário São José Operário; Grupo Operativo de Feira de Santana; Faculdade Batista; Instituto de Beleza Essência dos Cachos; Quilombo dos Macacos, essa comunidade de resistência e de conquistas importantes. O Movimento por Moradia; a Sudesb também presente; o Centro de Estudos e Ação Social; a Serin; o Grupo Operativo da DPE; o Centro Estadual LGBT.

Agora, passo imediatamente a presidência dos trabalhos para a deputada Fátima, para que ela possa chamar as próximas homenageadas.

(A deputada Fátima Nunes Lula assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Vamos continuar as homenagens, agora com a nossa deputada Olívia Santana na tribuna para fazer as entregas das homenagens.

Nós chamamos a homenageada, Dr.^a Anhamona de Brito, a primeira ouvidora-geral da DPE, no biênio de 2009 a 2011. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

Temos também a presença do Dr. Rafson e de Sirlene. Que seja feita a vossa vontade, pelo menos aqui na Terra. (Palmas)

Permaneçam no púlpito, na tribuna, que agora convidamos a Sr.^a Tânia...

A Sr.^a Anhamona de Brito: Acho que vai intercalar, não é isso? O.k.

Bom dia a todas, bom dia a todos.

Pedi para quebrar um pouco o protocolo, porque eu tinha ajustado com a ouvidora-geral, Sirlene de Assis, e com o Cerimonial da Defensoria que eu aproveitaria o momento para fazer uma entrega... na verdade, mais do que uma entrega, é um reconhecimento aos anos de relacionamento com a Defensoria Pública. Esta é a externalização de um compromisso político que assumi com a luta pelo acesso à Justiça, nestes anos de acompanhamento não apenas da Defensoria, enquanto instituição, mas também em outras instituições e com outros atores que não são do campo jurídico, de maneira estrita, mas que trabalham com essa questão...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Conheci a Defensoria Pública em 2001, 2002, quando Tereza Ferreira estava na condição de presidente da Associação da Defensoria da Bahia. Um, dois ou três, Tereza? Estou na dúvida, porque já estou coroa.

Naquele contexto, a Defensoria fazia uma primeira mobilização mais efetiva visando não a autonomia, mas uma melhor remuneração. E havia uma nota, Dr. Rafson...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) no jornal *A Tarde* falando sobre isso. Na época, eu trabalhava nesta Casa, deputada Olívia, como assessora parlamentar do então deputado Zilton Rocha, e ele, ao ver essa nota no jornal, disse: “Chame esse povo e vamos conversar”.

E “esse povo” era Tereza Cristina Almeida Ferreira, que foi a primeira defensora pública-geral de uma Defensoria autônoma; era Clérison Cavalcante de Macêdo, também presente neste momento; era Laura Fabíola Fagury; era Mônica de Paula Aragão. E isso num contexto que tinha Jânio Neri como defensor público-chefe, já que a Defensoria Pública da Bahia era um órgão vinculado à Secretaria da Justiça.

Daí para a frente, em várias oportunidades eu atuei na Defensoria Pública da Bahia como assessora especial, coordenadora de gabinete e fui ouvidora-geral a convite de Tereza, em 2009, assim que o governador Jaques Wagner aprovou a lei que regulamentava um dispositivo da lei complementar da Defensoria Pública, Lei nº 26, de 2006, e garantia, de fato, que a sociedade civil tivesse, enfim, um espaço para fazer trocas positivas visando o fortalecimento da instituição e, mais do que isso, garantindo que os direitos tivessem significado, de maneira potente, efetiva, na vida das pessoas que procuravam e ainda procuram a Defensoria, enquanto instituição primeira para a garantia de direitos.

Ao longo desse processo, passei a estudar a Defensoria Pública, tema que motivou o meu trabalho de doutoramento. Na verdade, estudei o processo de implantação das ouvidorias das defensorias públicas no Brasil, a partir da Lei Complementar nº 132, de 2009, buscando entender como isso aconteceu não apenas na Bahia, mas em todas as unidades da Federação.

Quando encerrei essa pesquisa e estava no momento de defesa da tese, em 2018, tínhamos ouvidoria externa somente em 13 defensorias do país, sendo que havia a previsão da criação desse órgão externo em 22 leis orgânicas de defensorias do Brasil. Houve nessa tese um processo de imersão sobre as dinâmicas da Ouvidoria Cidadã, e analisar o que aconteceu aqui no Parlamento, à época, foi uma das nossas missões, uma das nossas tarefas.

E gostaria, nesta oportunidade, de entregar o conteúdo dessa tese ao Dr. Rafson Ximenes e à ouvidora-geral, Sirlene de Assis, com muito carinho. (Pausa) Esta é a forma de externar o compromisso de uma missão que não se encerra com o cumprimento de uma etapa, mas que prossegue de maneira responsável, como sempre. (Palmas)

Para concluir, deixe somente eu fazer um agradecimento a algumas pessoas. Sei que tenho de concluir, mas não posso deixar de considerar – já que temos aqui representantes do Grupo Operativo – três questões breves.

Quando criamos o Grupo Operativo da Defensoria Pública do Estado da Bahia, buscamos uma alternativa que garantisse, de fato, que a sociedade civil contribuísse com o trabalho da ouvidora de então, e o nome Grupo Operativo vem de um método. Na época, em 2007, antes de eu ser ouvidora, a Defensoria Pública da Bahia iniciou um processo de planejamento e chamou uma equipe de Psicologia Social, com Graciela Chantelain, que trabalha muito o método de Pichon-Rivière, que é centrado na resolução de problemas utilizando os atores que estão vivenciando esses problemas.

E assim nós utilizamos a dinâmica de Pichon-Rivière, que tem muitas obras, inclusive, com o trabalho de Paulo Freire. Fizemos esse exercício, num processo chamado Diálogos Interinstitucionais da Ouvidoria Cidadã. Na minha gestão, foram cerca de quatro...

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Concluindo.

A Sr.^a Anhamona de Brito: Para concluir.

(...) A partir daí, fizemos um processo de imersão no interior do estado para garantir que essas lideranças participassem; e elas fizeram a escolha desses atores. E havia todo um compromisso para garantir a regulamentação do processo de escolha do ouvidor-geral. Foi esse Grupo Operativo que estruturou, no primeiro momento, as bases para a escolha do ouvidor-geral. E esse trabalho foi conteúdo para a Resolução nº 1, de 2010, do então Colégio Nacional de Ouvidorias das Defensorias, que serviu como referencial para todo o país.

Quebrando o protocolo e aproveitando o que Carcilene nos trouxe como referência importante, devo dizer que a Ouvidoria Cidadã não alcançaria o que alcançou sem o trabalho de alguns homens e mulheres que lá estiveram de 2009 para cá...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e deram uma contribuição importante. Talvez não tenhamos oportunidade de externar os seus nomes, mas eles deram essa contribuição. Independentemente de segmentos e grupos, a gente precisa considerar o trabalho desempenhado por Roselice da Silva, que foi minha coordenadora num determinado momento...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Ela foi substituída, na sequência, por: Verônica Julião, Uiara Araújo, que trabalhou na Ouvidoria Cidadã; Jabes Soares, hoje assessor do senador Jaques Wagner, que atuou bastante no processo de implantação do Grupo Operativo, juntamente com Adroaldo Belens, que hoje é doutor pelo ISC da UFBA...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e foi o primeiro a iniciar pesquisas sobre Ouvidoria Cidadã no processo de implantação da Ouvidoria. E tantas outras pessoas que trabalharam conosco na Assessoria de Comunicação, no atendimento ao público... enfim, quero externar aqui o nome dessas pessoas e informar que trabalhamos em conjunto. Se a Ouvidoria chegou até aqui, ao longo destes 10 anos, isso se deve ao trabalho de diferentes atores compromissados com a luta pelo acesso à Justiça. Isso é fundamental.

E há um nome importante para a inclusão dessa Ouvidoria Externa na Lei Complementar 132. Ele não é baiano, refiro-me a Marivaldo da Silva Pereira...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) advogado que trabalhou com a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. Ele fez um exercício muito grande – para concluir, deputada –, em 2009, durante a aprovação da Lei Complementar 132/2009, para incorporar o mecanismo Ouvidoria Externa no contexto dessa lei.

Marivaldo Pereira, numa articulação muito importante com a Associação Nacional de Defensores Públicos-BA, conseguiu garantir a incidência política necessária para que essa lei...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) contivesse o dispositivo das ouvidorias externas.

E a gente pede, presidente Elaina Rosas, que essa parceria prossiga, nacionalmente, na relação das associações para a implementação das ouvidorias externas no país.

Muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Na verdade, os conteúdos são extremamente importantes e necessários, mas a Casa tem uma hora para encerrar suas atividades. Por isso a nossa pressa aqui.

Vamos agora convidar a Sr.^a Tânia Palma, a segunda ouvidora-geral da DPE, nos biênios 2011/2013 e 2013/2015. (Palmas)

Tendo a necessidade de ser bastante breve, por conta do horário do encerramento dos trabalhos na Casa.

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

A Sr.^a Tânia Palma: Vou ser breve, viu, deputada? Tenho somente 10 páginas aqui, mas minha fala vai ser com brevidade.

Eu gostaria de saudar a Mesa nas figuras da hoje ouvidora Sirlene Assis e de todas as mulheres, representando aqui de forma muito elegante a institucionalidade. E também saúdo a nossa companheira tupinambá, que falou aqui em nome dos servidores de Ilhéus. É bom dizer que ela é tupinambá, porque assim a gente já diz tudo.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Bom, a gente não pode esquecer das pessoas, porque elas são importantes nesse processo de fazer coletivo. Aqui foi homenageada a nossa Nilza Santos, de Juazeiro. Ela foi uma das primeiras pessoas do interior que me recebeu...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) com aquele carinho, aquele amor de mulher guerreira, de luta.

Então eu quero estender, Fabiano, essa homenagem a ela, porque sem o Grupo Operativo a gente não pode, de fato, fazer a Ouvidoria acontecer. O Grupo Operativo é a Ouvidoria; a Ouvidoria é o Grupo Operativo.

Queria também mandar um beijo para Neide, que aqui foi tão elegantemente homenageada, e dizer que é muita luta. O tempo não é de muitas comemorações. Na maioria das vezes, eu prefiro trabalhar nos bastidores. Eu não gosto muito de holofotes, não combina muito comigo. Eu gosto de trabalhar nos bastidores articulando para que a gente possa fazer a luta acontecer e acontecer assim. Eu acho que isso é muito importante.

Mas eu queria aqui lembrar o texto que eu mandei para a Ouvidoria, eu quero ser fiel a ele, e dizer assim: “Celebrar 10 anos de Ouvidoria Externa Cidadã é fortalecer a união, mobilização, conscientização e toda luta contra a violação dos direitos humanos e em defesa da nossa democracia”.

É também demarcar a luta histórica dos movimentos sociais e populares pela garantia dessa democracia que tem sido vilipendiada e a defesa dos direitos sociais.

É um marco histórico para a Defensoria Pública do Estado da Bahia que com decisão política, Dr.^a Tereza, sem decisão política a gente não faz nada, mas com decisão política e ouvindo também o clamor das ruas implementou e mantém hoje a Ouvidoria, Dr. Rafson. É isso que é importante. E não tem sido tarefa fácil, porque a luta de classe interna tem sido ferrenha. Nós estamos falando de gente que tem privilégio e gente que não tem privilégio, é disso que a gente está falando aqui. E as elites entronadas nessas instituições, em várias instituições do sistema de justiça, não querem dividir o poder com aqueles que podem ameaçar os seus privilégios. Ora, quem gosta de ficar atendendo pobre todo dia na porta? Pensem aí. Temem o povo! Temem o povo!

Portanto, comemorar 10 anos de Ouvidoria é também um momento de renovar nossas esperanças e o nosso compromisso de mudar o estado de coisas que está aqui no campo nacional, estadual e municipal. É reafirmar compromissos com os interesses populares e construir a unidade necessária para resistir e enfrentar o fascismo que nos espreita. Isso é que é importante.

Apesar de estarmos em tempo de trevas, temos dose de esperança e luta suficiente. E estamos assistindo que em questão de dias, em questão de minutos, nossos direitos duramente conquistados com o sangue do povo, como foi bem colocado aqui, serem dilapidados por todos os golpistas de plantão...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) tanto da parte de cima como os pequenos golpistas que esperam os golpistas de cima decidirem para fazerem no campo de baixo. E rasgam a Constituição de 88...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) atropelam os direitos trabalhistas, congelam e cortam criminosamente recursos da assistência social, da educação e da saúde que são recursos dirigidos aos mais pobres.

(Lê): “Direitos sob ataque no curso de um golpe conservador e reacionário, promovido pelos interesses do capital financeiro e dos grandes monopólios com o apoio de uma mídia criminosa e um Judiciário comprometido com o grande capital.

A construção e o fortalecimento das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas dos Estados da Federação, respondem ao anseio da maioria do povo brasileiro pela democratização da justiça, e são frutos da luta e do protagonismo dos movimentos populares e sociais.

A existência da Ouvidoria Externa da DPE sinaliza uma trajetória pautada pela incorporação na agenda das DPE das bandeiras políticas defendidas pelos movimentos sociais como: o acesso a justiça, o enfrentamento a todo tipo de violação de direitos como o racismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia, o genocídio da juventude negra, a garantia da terra, da habitação decente, do trabalho decente, ao meio ambiente saudável, o acesso à educação pública de qualidade, à saúde, a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, da população em situação de rua, das pessoas em situação de deficiência entre outros. Em tal cenário...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Concluindo, Tânia.

A Sr.^a Tânia Palma: “...urge reafirmar a importância da Ouvidoria Externa como experiência de inserção da sociedade civil nas Defensorias Públicas, e reconhecer os avanços dos movimentos sociais numa instituição do Sistema de Justiça, que graças a essa luta tem se comprometido com o fortalecimento da luta democrática no país e a defesa das classes populares em nosso estado.”

É importante dizer que, hoje, a Defensoria Pública do Estado da Bahia está de pé, de pé, para dizer também não, e para combater aqueles que querem acabar com os direitos sociais.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(Lê) “Apesar de toda essa onda conservadora e das medidas de extrema direita, é urgente continuar a reafirmar e fortalecer a Ouvidoria Externa como experiência exitosa de controle e participação da sociedade civil nas Defensorias Públicas. É necessário continuar a organizar as Ouvidorias Externas em todas as Unidades da Federação que tem DPE.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Esse é o nosso desafio dos movimentos populares e sociais, identificar aliados dentro e fora das DPE para criar novas Ouvidorias Externas. Para as Ouvidorias Externas já criadas é necessário promover a articulação em torno de bandeiras políticas de interesse da maioria do povo. Para que essa articulação se concretize é preciso que algumas Defensorias Estaduais cumpram a lei federal complementar 132/2009 e implantem as ouvidorias externas. Paralelo a isso os movimentos sociais dos estados em que ainda não foi implantada, pautem as Defensorias Públicas.”

Nós vamos fazer eles passarem vergonha. Estamos aqui para constranger os defensores-gerais dos estados que não criaram.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Concluindo, Tânia.

A Sr.^a Tânia Palma: Portanto, para encerrar, é importante celebrar os 10 anos e reconhecer as conquistas dos movimentos sociais no sistema de justiça que está de pé, que está, uma parte dele, ajoelhada para os golpistas. Contribuindo, inclusive, para retirar a defesa dos direitos coletivos e o fortalecimento democrático.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A gente precisa dizer, Olívia, e eu quero fazer uma proposta, aqui, para as duas parlamentares, que esta Casa tem que criar a frente parlamentar em defesa dos pescadores e das pescadoras, (palmas) que estão sendo violados em seus direitos com esse óleo perverso que foi botado de forma perversa para punir a gente, porque a gente disse não.

Então, encerrando, celebrar os 10 anos, é prestar também uma homenagem a todas as mulheres, em especial as mulheres negras.

Aos sem-teto, à população em situação de rua, às mães que diariamente perdem seus filhos pela violência policial no estado da Bahia, é uma homenagem para todas que não estão aqui. Estamos representando essas mulheres, que seus filhos são abatidos todos os dias. Para isso, a gente conspirou, articulou para entrar na Defensoria, a gente tem um propósito que é homenagear toda uma coletividade que está lá fora, os sem eira e nem beira. Por isso a gente veio para cá, para garantir o direito de que essas instituições públicas pagas com o dinheiro da classe trabalhadora, elas se voltem para atender aos que mais precisam, nós estamos aqui. As instituições públicas têm um papel importante e função social em devolver serviço à classe trabalhadora que sustenta, inclusive esta Casa também.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Parabéns a todos e a todas, apesar de sofremos também com o golpe de que a Ouvidoria ia ser retirada, de que o Grupo Operativo ia deixar de existir. Nós imediatamente tomamos posição política frente a isso. (Palmas)

Quero firmar o compromisso de Dr. Rafson Ximenes aqui, que se comprometeu, ele que é um aliado dos movimentos populares, para que juntos não deixemos essa Defensoria Pública ser obediente àqueles que não querem que o povo exista.

Muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Convidamos para receber a homenagem a Sr.^a Vilma Reis. (Palmas) Pedimos sempre por nos desculpar pelo sinal da campanha, mas é porque temos horário para encerrar os trabalhos. A gente sempre convoca as sessões especiais para começar às 9 horas pela importância dos discursos e pronunciamentos, mas nunca começa no horário. Daí, tem todo esse atropelo no final e a gente passa por esse aperreio do tempo.

Nós também sabemos que a deputada Olívia precisa concluir aqui, por conta de uma situação.

A Sr.^a Vilma Reis: Bom dia, salve salve para toda a juventude que está aqui, para os adolescentes, os jovens, gostaria de dizer que meu nome é Vilma Reis, sempre me apresento com nome e sobrenome. A gente aprendeu com essa pensadora chamada Lélia Gonzalez que numa sociedade violentamente racista, covardemente machista, numa sociedade que odeia os empobrecidos, as pessoas parecidas com a gente precisam ter nome e sobrenome senão o racismo e as outras formas de opressão botam o nome que quiserem.

Então, que a nossa geração cresça de cabeça erguida, embicando a diagonal, e entrando pela porta da frente. (Palmas)

Winnie Mandela, eu vim de Winnie Mandela que é para a gente falar dos nossos sonhos, falar para a juventude e falar para aqueles e aquelas que já lutam há muito tempo, que nos 10 anos da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia o nosso sonho é uma sociedade sem prisões. Nós sonhamos com uma escola em que não falte a professora de História, de Biologia, de Português, em que a escola do branco de classe média, que tem algo chamado ócio criativo, porque tem tanta atividade que chegam a ficar cansados, que nas escolas da gente não tenha rodízio de cadeira, né, Mariza? E nós sabemos o que é pedir aos jovens para concorrerem de igual para igual com a burguesia, quando vamos numa escola que, muitas vezes, a disciplina com maior carga horária chama-se horário vago. Horário vago é um ataque à nossa esperança, professora, não é mesmo? Horário vago é... e no centro da possibilidade de a gente sonhar. Então, a gente quer espalhar esse sonho, porque uma sociedade deve lutar para fechar todas as prisões e abrir escolas. (Palmas) Esse é o nosso sonho. E a gente vem aqui, rapidamente, falar desse sonho.

É importante a gente, aqui, saudar o Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã do Estado da Bahia que faz escola no Brasil. Eu fiquei pensando muitas coisas para a gente falar aqui. Mas, Sirlene, eu gostaria que hoje, neste dia de festa, de celebração, assim como disse, a gente conversou anteontem com Angela Davis, no Rio de Janeiro, o nosso sonho é que a 15^a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública no Brasil seja Patrícia Oliveira, no Rio de Janeiro, mulher negra do Movimento das Mães de Maio, que nesse momento concorre às eleições no Rio de Janeiro, (palmas), porque as eleições antes foram decididas de outra forma na DPE do Rio.

O nosso sonho é que a Defensoria Pública, deputada Fátima Nunes, deputada Olívia Santana, o nosso sonho é que esta Casa, a Assembleia Legislativa da Bahia batalhe mais ainda para ampliar o orçamento da Defensoria Pública, porque não é possível a situação que nós estamos vivendo.

Eu aproveito aqui, Dr. Rafson, eu sei que os movimentos já conversaram com a companheira Sirlene Assis, mas aproveito aqui para lembrar que às 14h o Movimento de Pescadoras estará na DPU e os movimentos convidam o senhor a participar, se possível, junto com a nossa ouvidora, da audiência na DPU, porque o que está acontecendo no Nordeste brasileiro é inaceitável. (Palmas) O que está acontecendo é que diante... (palmas) quando teve a Maré Vermelha o Recôncavo da Bahia ficou que você não via um movimento no comércio. No ano passado, essa Ouvidoria retomou um processo de 30 anos junto com a CPP e articulação de luta no Subaé e nós retomamos o debate sobre a contaminação pelo chumbo.

É um processo que envolve 958 pessoas, então o debate sobre racismo ambiental já estava estabelecido na Defensoria Pública da Bahia.

O debate sobre os territórios da pesca artesanal e dos quilombolas já estava aqui porque essa foi a primeira tarefa pública da companheira Sirlene quando seguiu com a gente para Garapúa, não é mesmo Sirlene? Em junho do ano passado quando os aglomerados internacionais tentavam usurpar o território de Morro de São Paulo e todas as comunidades ali e foi pela ação da Defensoria Pública, pela Ouvidoria, pela DPU que nós conseguimos segurar um processo e obrigar que a convenção 169 seja cumprida.

Portanto, para a gente é muito importante aqui este momento, mas a situação que nós vivemos é dramática, para os pescadores e as pescadoras é desesperadora a leniência dos órgãos como o Ibama. Eles precisam ser chamados a responsabilidade e nós... às vezes não dá para o defensor geral ir para cima não, mas a Ouvidoria, a Ouvidoria vai, porque nós sabemos que para ter democracia na justiça, só com Ouvidoria Externa.

Então, essa tarefa ela é nossa e nós estamos numa batalha que é muito grande, a tragédia que ronda, portanto, todo nordeste brasileiro com o petróleo jorrando e querendo levar a nossa esperança, a gente conta com a força e a batalha da Defensoria Pública.

E, eu saúdo aqui a Ouvidoria, porque conseguimos começar esse debate muito antes. Eu penso que o tempo, como nos ensinou a própria Winnie Mandela, é de a gente falar do tipo de sociedade que nós queremos. Nós queremos uma sociedade em que a gente possa falar e afirmar os direitos humanos sem medo de ser feliz.

Onde a gente possa falar da possibilidade de pessoas trans viverem depois dos 35 anos, uma sociedade em que meninos e meninas negros e negras, a gente não conviva com a morte tão perto da gente. Nós vivemos numa sociedade que nós encontramos até meninas viúvas com 17 anos de idade...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) é muito triste, Dr.^a Tereza, o que nós estamos vivendo, Dr.^a Isabel.

E é por isso que é tão importante a Defensoria Pública, e é por isso que nós, eu acho simbólico, Tânia, que essa audiência ela aconteça aqui, no Plenário...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) central da Assembleia Legislativa, Silene, porque aqui onde nós precisamos que todos os deputados e deputadas compreendam que o orçamento da Defensoria não pode ser o que ele é hoje.

E que a gente tenha assim força, como bem disse você aqui, de fazer um concurso para que os conhecimentos, Mariza, que a gente possa ter uma psicóloga potência como você, que a gente possa ter todas os servidores e servidoras que nós temos, Neide e Cândida Nogueira, espalhados por essa defensoria Bahia afora e que...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) essas pessoas não tenham que ir embora quando completam dois anos, quatro anos, do REDA. É isso que fortalece a Defensoria.

E termino dizendo o seguinte: muito obrigada, muito obrigada a todos e todas as companheiras do grupo operativo que espalham a Ouvidoria Cidadã por essa Bahia e nossa saudação, aqui, àqueles e àquelas que já partiram, tanto a Palmeirinha quanto à Maria Aparecida, nossa saudação, (palmas) nossa saudação a D. Nilza, que combateu em Juazeiro e fez escola de como lutarmos por acesso à justiça, com acolhimento, com escuta, passando do juridiquês e fazendo esse direito no meio da rua.

Viva nós...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) viva a luta, viva a Defensoria Pública. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Dr.^a Vilma Reis.

Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Passando a palavra, agora, para o Dr. Rafson Saraiva Ximenes, nosso defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Eu sei que o horário aperta, mas não posso nem pedir para ser resumido porque é o chefe geral da Defensoria.

O Sr. RAFSON SARAIVA XIMENES: Eu vou tentar ser bem brevemente, em respeito ao horário de funcionamento da Casa, em respeito às pessoas que estão aqui, se a Defensoria defende os direitos mais importantes, eu acredito que o direito ao almoço é um direito fundamental que a gente tem que respeitar sempre.

Cumprimento a todas e todos, na pessoa da nossa atual ouvidora, Sirlene Assis, da deputada Fátima, que representa, aqui, todos os deputados, queria dizer que para a Defensoria Pública e para a população baiana, embora nem todos percebam isso, mas esse é um momento extremamente importante, é um momento em que a gente celebra, enquanto nem todos estados conseguiram implementar uma ouvidoria externa na defensoria, e quando nenhuma outra instituição do sistema de justiça possui uma Ouvidoria externa, a nossa completa 10 anos.

Dez anos, como toda história, com avanços, retrocessos, com vários personagens que participaram, 10 anos de resistência, 10 anos em que a Defensoria Pública mostrou que uma outra forma de fazer justiça é possível, que o direito pode ser democrático, que as garantias dos direitos humanos eles valem para todos e que todos os cidadãos, todas as cidadãs, têm direito a voz, têm direito a serem ouvidos.

E, claro que a gente soube aproveitar bastante esse potencial, como por exemplo, e aqui foi muito bem escolhido a homenagem aos primeiros membros do grupo

operativo na pessoa de Carcilene Correia, lá de Amargosa, mas deputada Fátima, certamente, não esquece do movimento que foi feito naquela época, em 2014, 2015, da sociedade, pedindo que houvesse mais defensores públicos, e uma das pessoas que mais articulou essa movimentação foi Carcilene Correia que era membro do grupo operativo que vivia um período em que estava sendo plenamente atacado, em que se defendia que parasse de existir o Grupo Operativo da Defensoria Pública, ou seja, se defendia que nas cidades do interior não houvesse voz da sociedade civil na Defensoria Pública do Estado. E, mesmo nesse período, ela soube resistir, se articular. Foi um movimento vitorioso.

Graças a isso, sim, a Defensoria Pública conseguiu retornar a Amargosa que é a sua cidade. A política se faz reconhecendo os esforços feitos. Naquele momento, não foi fácil, internamente, defender a volta da Defensoria para Amargosa. Houve manifestações contrárias à volta da Defensoria para Amargosa naquele momento, mas houve.

A gente vai naquilo que Tânia Palma bem disse, ou seja, vontade política de dizer que se a população de Amargosa veio de lá até Salvador pleitear defensores e foi fundamental para que a Defensoria crescesse, é obrigação da Defensoria priorizar a cidade de Amargosa no momento de estabelecer onde vai crescer.

Isso demonstra o papel que a sociedade civil pode fazer ao influenciar nas decisões da instituição. É para isso que a Ouvidoria serve. É para que quando a Defensoria defina suas políticas, defina para onde ela vai, defina onde vai investir o seu dinheiro, defina quais são suas prioridades, ela tenha ouvido a população para a população ensinar à Defensoria.

Certamente, sem Tânia Palma e sem Vilma, hoje, a Defensoria Pública da Bahia não teria, pela primeira vez, defensores, estagiários, servidores escolhidos em processo seletivo com reserva de vagas para a população negra.

Vilma lembra o quanto foi difícil criar condição política, naquele momento, para fazer a mudança no Conselho Superior e, depois, aprovar, aqui, na Assembleia, a mudança legislativa para cristalizar isso e cristalizar avançando, porque não é só a população negra. A partir da mudança na Assembleia, a população indígena, também, terá direito à reserva de vaga nos concursos para Defensoria Pública.

Assim, a gente caminha, a gente vai aprendendo e ensinando ao mesmo tempo e, principalmente, dialogando.

A minha fala vai ser breve, porque a minha é uma fala de agradecimento; agradecimento a todos aqueles e a todas aquelas que construíram a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública, agradecimento à Assembleia Legislativa por todo apoio dado à Defensoria Pública.

Mas este é um agradecimento chamando, também, um alerta. Por um lado, nós estamos bastante atentos à luta para a Ouvidoria Externa chegar a todas as defensorias do Brasil inteiro. Estamos dialogando com as outras instituições para elas, também, criarem as suas ouvidorias externas.

Sabemos que a luta da Defensoria Pública é muito mais difícil, porque a luta da Defensoria Pública é medida pela luta pela população que depende do serviço da Defensoria Pública.

As causas da Defensoria Pública refletem na população que precisa dela. Se a nossa população é, principalmente, formada pelos homens e mulheres negros, pelos homens e mulheres que moram nos bairros mais pobres, pelas pescadoras e pelas marisqueiras, é natural que esta seja a luta que tenha mais dificuldades em todos os sentidos.

É mais difícil conseguir orçamento para Defensoria Pública, é mais difícil conseguir a expansão da Defensoria Pública, é mais difícil conseguir valorizar o servidor da Defensoria Pública, é mais difícil aprovar e criar um plano de cargos e salários dos servidores da Defensoria Pública, é mais difícil que o grupo operativo seja remunerado ou receba alguma espécie de apoio financeiro de locomoção.

Quanto a tudo isso, nós sabemos ser mais difícil.

Mas há de ressaltar o seguinte. Quem entra na Defensoria, tem de aprender. E se não aprender sozinho, terá que aprender na marra mesmo. É que a dificuldade não nos paralisa! A dificuldade não é motivo para parar. A dificuldade não é motivo para desistir. E, principalmente, a dificuldade não é motivo para você mesmo propor um retrocesso.

O que a Ouvidoria ensina para a Defensoria Pública? O que os assistidos pela Defensoria ensinam para quem faz parte desta carreira? Eles ensinam que a luta não para, pois e a luta é, sempre, para frente a qualquer tempo que seja.

A transformação que a gente está vivendo agora é que nós estamos vendo, no Supremo Tribunal Federal, talvez, o julgamento mais importante da história do Supremo Tribunal Federal sobre a validade ou não do direito fundamental mais importante, principalmente, para a população pobre. Trata-se da presunção de inocência.

Vejo que, pela primeira vez, para quem acompanha atentamente este julgamento, a possível virada se desenha a favor da população. O ponto de virada não foi a manifestação de nenhum advogado privado contratado por nenhum político. O ponto de virada foi as falas dos dois representantes das Defensorias que demonstraram que abrir mão da presunção de inocência, quando o STF advoga pela presunção de inocência ao achar que está punindo um político, ao achar que está punindo um criminoso de colarinho branco, na verdade, ele está liberando a morte, a violência, o assassinato, a tortura da população pobre.

O ponto de virada foi a Defensoria Pública.

Por quê? O tema chegou ao STF. E a Defensoria da Bahia chegou, lá, também, finalmente, como a voz da população. Chegou-se ao Supremo Tribunal Federal. A partir de agora, qualquer cidadão, melhor, todos têm voz. E, neste momento, para todos terem voz, é importante a gente saber escutar.

Por isso, agradeço e, ao mesmo tempo, parabenizo aos 10 anos, Sirlene, Tânia, Vilma, Mamona. Parabenizo por esses 10 anos. Espero que não sejam só mais 10, espero que sejam 100 anos, que sejam mil anos de Ouvidoria.

Quanto às dificuldades vindouras, elas virão com certeza. Vamos nos preparar para elas servirem para nos fortalecer a fim de conseguirmos continuar, sempre, juntos, unidos e sabendo reconhecer quem está do nosso lado.

Viva a Defensoria! Viva a Ouvidoria!

Muito obrigado. (Muitas palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Muito obrigada, Dr. Rafson.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes Lula): Gostaria de registrar a presença da deputada estadual Maria del Carmen.

Como ponto de encerramento, convido o cantor Tonho Matéria para fazer a sua apresentação musical.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

Muito obrigada.

Justifico a necessidade de a deputada Olívia ter de sair um pouco antes do final desta sessão especial por conta de um acompanhamento da sua querida mamãe ao hospital.

Agora, convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino da Bahia. Fiquemos todos de pé.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, das senhoras, dos senhores, dos deputados, da imprensa e declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigada e um bom final de semana. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.